

# Ato pede proteção ao ensino público

Educação

11 JUN 1981

Em ato público realizado ontem na Escola-Parque da 308 Sul, a Secretaria de Educação lançou, oficialmente, a campanha em defesa do ensino público, gratuito e de boa qualidade. Os diretores dos Complexos Escolares e das escolas da Fundação Educacional assumiram compromisso de coletar assinaturas para reforçar a proposta de emenda do Fórum Nacional da Educação na Constituinte em defesa do ensino público gratuito, que deverá ser entregue à Comissão de Sistematização da Assembléia Nacional Constituinte até o dia 10 de julho próximo, com o mínimo de 30 mil assinaturas.

A partir de hoje, em cada uma das 416 escolas da Fundação Educacional e nos 16 Complexos Escolares terão fichas verdes com a proposta Educacional para a Constituição, que no verso traz um espaço para 2 assinaturas. Qualquer pessoa maior de 18 anos e que tenha o título de eleitor pode assinar o documento e assim ajudar a reforçar a luta pela escola pública.

O objetivo deste abaixo-assinado é defender o anteprojeto já aprovado na Subcomissão de Educação e que garante, fundamentalmente, quatro pontos: a exclusividade de verbas para o ensino público; autonomia e gestão escolar; a não obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas; e a democratização da escola, tanto no acesso, como na permanência.

Em Brasília, o Fórum Nacional da Educação está representado pelo Comitê de defesa do ensino público, sediado no Sindicato dos Professores e que se reúne todas as segundas-feiras para traçar metas de continuidade da luta. Com a adesão oficial da Secretaria de Educação,

o comitê "ganhou força" e agora está distribuindo membros pelas repartições de trabalho nas cidades-satélites e no Plano Piloto, também para coletar assinaturas. O trabalho se estenderá pelas feiras, a começar pela do Guará, neste sábado, e nas rodoviárias, a partir de segunda-feira.

A movimentação do comitê DF em defesa do ensino público desta semana ainda não terminou. Na sexta-feira, às 14h, seus membros vão realizar manifesto em frente ao auditório Nereu Ramos, no anexo 3 da Câmara dos Deputados, a fim de garantir os princípios em favor da escola pública. E que, a partir das 14h30, neste auditório, os parlamentares da Comissão Temática da Família, Educação, Cultura e Esportes, Ciência e Tecnologia e Comunicação vão iniciar a votação do substitutivo ao anteprojeto da Educação, apresentado pelos lobbyistas empresariais a favor das escolas particulares e que prevê a aplicação das verbas públicas destinadas ao ensino público nas escolas privadas, ao invés do Governo investir na construção e melhoria das escolas públicas.

Neste sentido, os empresários do ramo também estão se mobilizando e recolhendo assinaturas para reforçar o substitutivo e conseguir a sua aprovação.

De acordo com a professora Eva Waisros Pereira, membro do Comitê DF, a importância da campanha em defesa do ensino público está em conseguir "baixar os índices vergonhosos de analfabetos no Brasil, que hoje ultrapassam os 30 milhões, isto sem contar com as milhares de crianças sem escola. E por este motivo que estamos reivindicando a exclusividade de verbas para o ensino público e tentando retirar da proposta o pa-

rágrafo que prevê o repasse de verbas para escolas filantrópicas, confessionais e comunitárias, mesmo em caráter transitori", explicou.

Segundo Eva Waisros, as escolas privadas se mascaram como instituições sem fins lucrativos para conseguir verbas do Governo e agora chegou o momento de acabar com esta farsa e aplicar, realmente, o dinheiro público no ensino público, que é um direito de todos e um dever do Estado. "Com esta campanha de coleta de assinaturas pretendemos mobilizar a opinião pública em torno das propostas do Fórum Nacional da Educação".

## CAMPANHA

O ato público realizado ontem contou com a presença do secretário de Educação, Fábio Bruno, que leu manifesto em nome de todos os secretários de educação de resto do País. Fábio Bruno enfatizou que as escolas públicas de Brasília não poderiam ficar de fora desta luta nacional e que por este motivo a Secretaria de Educação se viu no dever de convocar, através da Fundação Educacional, os diretores das escolas e dos complexos para auxiliar na coleta de assinaturas e reforçar a proposta do Fórum Nacional da Educação.

O deputado Gumerindo Mihomen (PT-SP), que também participou do ato, destacou a luta dos constituintes em favor do ensino público, esclarecendo, no entanto, que "os parlamentares que estão embudos em defender a escola pública, gratuita e de boa qualidade não têm restrições às escolas privadas, desejando apenas que as verbas públicas para a educação não sejam desviadas para a rede particular de ensino".